

FH traça estratégia para 2002

Presidente quer manter a aliança atual e, no Governo, apóia ministros da área social

Jorge Bastos Moreno

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso considera que é cedo para se discutir nomes para a sua sucessão, mas não para traçar estratégias de como o Governo deverá se comportar nas eleições de 2002. A primeira delas, a de tentar preservar a atual aliança partidária ou, dependendo das circunstâncias, redefini-la, mas nunca caminhar com uma candidatura isolada. A segunda, é a da sua própria participação na escolha do candidato dessa aliança. Embora se recuse a especular nomes, admite que, se o candidato escolhido for integrante da sua atual equipe — sobre o que diz não ter certeza — seguramente será algum nome da área social, e não da área econômica.

O presidente descarta a candidatura de seu ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao dizer que dificilmente alguém poderá repetir sua trajetória de ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco e depois, candidato, em 1994. Argumenta ter sido candidato de um plano econômico, o Real, e que agora não existem planos a serem executados, e sim administrados. E volta a reconhecer que a população, satisfeita com a estabilidade econômica, quer agora realizações na área social.

FH: candidatura de Ciro só se sustenta na oposição

• Nesse aspecto, Fernando Henrique afirma que seu governo vem fazendo muita coisa, principalmente na educação e na saúde. Ao ser perguntado se o nome do candidato não estaria entre os dos ministros da Educação, Paulo Renato, e da Saúde, José Serra, desconversa e devolve a pergunta, indagando por que não o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que, segundo ele, também faz excelente trabalho em sua área. Jungmann é do PPS, partido que tem como candidato o ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes. E Fernando Henrique descarta a possibilidade de uma aliança com Ciro, afirmando que a candidatura dele se sustenta somente na oposição ao Governo e perderia razão de ser se o ex-ministro retornasse ao convívio dos tucanos.

O presidente evita críticas a Ciro Gomes, mas faz reparo a uma das acusações do ex-ministro, a de que ele impôs seu próprio nome como candidato, em 1994, ao comando do PSDB. Fernando Henrique faz uma longa exposição da origem de sua candidatura, reconhecendo que, na fase embrionária, foram fundamentais as participações do falecido deputado Luís Eduardo Magalhães e do presidente do PFL, Jorge Bornhausen, do próprio presidente Itamar Franco e, principalmente, do então presidente do PSDB, Tasso Jereissati. Fernando Henrique conta que, na época, recebeu do diretor do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, a avaliação de que poderia ganhar a eleição sem aliança partidária. Mas, optou por fazê-la, porque o PFL tinha maior densidade eleitoral no Nordeste do que o PSDB e pelo entendimento de que ninguém consegue governar sem aliança no Congresso.

Presidente é contra a 'política de puro sangue'

• É disso que vem tentando convencer companheiros do PSDB que pregam a "política de puro sangue", ou seja, o fim da aliança que sustenta o Governo desde sua instalação, em 1995, sob o argumento de que ele não precisa mais de três quintos em nenhuma votação. O principal argumento de Fernando Henrique aos tucanos é o de que quem traça a linha do Governo é o presidente da República, e não os partidos representados nos ministérios. Lembra — com a ressalva de não ser esse o seu caso — que Getúlio Vargas costumava dizer "presidente progressista, gabinete conservador". O presidente tentou convencer os tucanos de que não adianta brigar por mais espaço, cargos ou prestígio:

— O que dá voto são idéias, não cargos.

É pelas idéias do seu Governo que quer que o PSDB brigue. Nesse sentido é que justifica sua participação no processo sucessório, para defender a continuidade do programa de Governo, aprovado duas vezes nas urnas.

O presidente não esconde sua preocupação com a hipótese de que uma vitória do PT comprometa as conquistas econômicas e sociais do seu Governo. Acha que as teses do PT não são progressistas, e sim atrasadas como as declarações de dirigentes petistas condenando a privatização da telefonia. Ele não citou nomes, mas as declarações foram do presidente do PT, José Dirceu.

Fernando Henrique ressalta seu bom relacionamento com os principais dirigentes petistas, particularmente com o presidente de honra Luiz Inácio Lula da Silva, a quem considera símbolo de uma expressiva corrente da oposição. Mas constata que a oposição hoje é ofuscada pelas divergências internas da base

O presidente e os nomes da aliança

Gustavo Miranda



De acordo com o presidente, se o nome escolhido for da atual equipe de governo, ele deve sair da área social



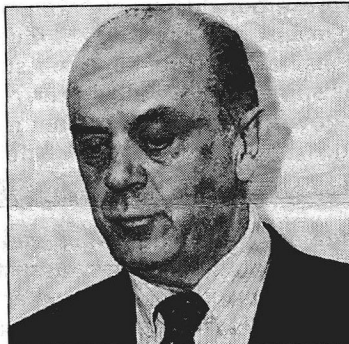
TASSO JEREISSATI

• Um dos principais nomes do PSDB, o governador do Ceará é amigo do presidente e tem forte ligação com Ciro Gomes.



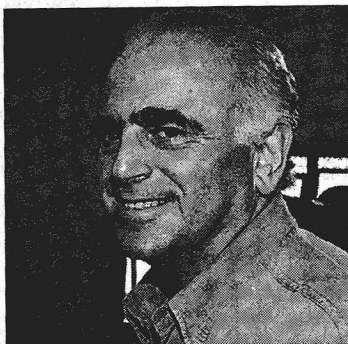
MÁRIO COVAS

• O governador paulista superou um câncer e é nome forte. Não é o preferido do presidente, com quem tem se desentendido.



JOSÉ SERRA

• O ministro da Saúde seria hoje o preferido de Fernando Henrique. Tem se saído bem no ministério e se habilitou a ser candidato.



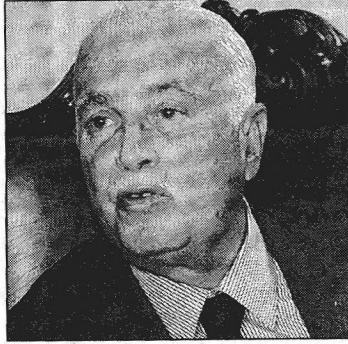
PAULO RENATO

• Amigo do presidente, tem a dificuldade de não ser político de carteirinha. Desempenho considerado bom na Educação.



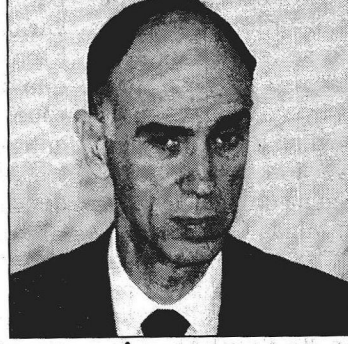
ROSEANA SARNEY

• Primeira mulher a governar um estado, o Maranhão, Roseana Sarney tinha o melhor índice de aprovação popular (61%) em 99.



ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

• Comandante do maior partido da base, o PFL, tem forte presença no governo. Não tem boa penetração no Centro-Sul.



MARCO ANTÔNIO MACIEL

• Considerado o vice ideal pelo presidente. É um dos principais caciques do PFL, mas sem grande carisma eleitoral.

governista que, embora às vezes se exasperem, nunca ultrapassam o limite da responsabilidade de seus líderes para com o Governo que ajudaram a constituir. Fernando Henrique lembra de um encontro que teve, como ministro da Fazenda, com Lula e José Dirceu, quando Dirceu lhe perguntara se admitia a hipótese de os tucanos enfrentarem os petistas no segundo turno das eleições presidenciais. Fernando Henrique, que não era nem candi-

dato, respondeu: impossível. Ele conta isso para reforçar a tese da imprevisibilidade política a menos de um ano da eleição. E revela que, no início da primeira campanha, quando não passava dos sete pontos percentuais das pesquisas e estava perdendo apoio financeiro para a campanha, pensou em renunciar.

Sobre a polêmica em torno da proposta do PFL do salário-mínimo de US\$ 100, Fernando Henrique concorda com o ministro do Traba-

lho, Francisco Dornelles, de que possa haver uma disputa entre os líderes sindicais da própria base governista e os da oposição pela paternidade da luta. Apenas acha que o assunto deve ter tratado no momento oportuno. E considerou interessante a declaração do líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, de que, por não ser obrigatório, o salário pode ser aplicado pelos partidos de acordo com suas conveniências, nas cidades que governam. ■